

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 25 - número 50 - outubro 2016

vol. 25 - número 50 - outubro 2016

Fundação Eng. António de Almeida



Ganho, Maria de Lourdes Sirgado (coord.), *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores (Temas e Debates), 2016, 812pp. ISBN: 978-989-644-350-4

Iniciado no ano 2000 mas só concluído em 2016, no âmbito de um Projeto FCT do Centro de Estudos de Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, a publicação do presente Dicionário está muito longe de traduzir um acontecimento feliz. Em se tratando de uma obra gizada por dois Centros de Investigação FCT (primeiro o GEPOLIS, depois o CEFi), é com um profundo lamento e uma grande tristeza que temos de avaliar negativamente o seu aparecimento. Apresentando-se como um Dicionário Crítico – “crítico”, lê-se no Prefácio da coordenadora (p. 14), porque “a par de uma objectividade de dados informativos quanto à biografia, bem como relativamente à temática da obra dos autores em apreço, cada comentador exerceu livremente o necessário trabalho hermenêutico”, e porque se quer que cada uma das entradas “possa constituir um convite ao estudo e à leitura crítica dos originais” – não podemos deixar de reparar nas nefastas consequências da noção de crítica aqui em causa. Isto porque, tudo somado, não se devia ter dado aos comentadores (pelo menos não a todos, como veremos a seguir) a referida liberdade de exercício e alguns dos contributos acolhidos estão longe de constituir qualquer convite à leitura dos originais. Como pode querer assumir-se como um “convite” um texto por vezes tão desactualizado? Não ignoramos que uma obra colectiva deste teor é uma tarefa imensa, ingrata, difícil. Conhecemos os encarregados desse labor, os verdadeiros responsáveis pelo desaire editorial – a coordenadora, Luís Lóia e Samuel Dimas (p. 15) – que não tiveram talvez tempo para se redimirem não obstante os dezasseis anos das suas tarefas. Eles não merecem, contudo, a totalidade da nossa reprovação, pois o prejuízo do projecto radica também em algo mais amplo, numa situação que nos deve penalizar a todos, enquanto comunidade filosófica nacional. Referimo-nos ao estado da arte no que à investigação da filosofia em Portugal diz respeito; veja-se v.g. o ponto que os coordenadores chamam “um desbravar de caminhos” (p. 13), no qual citam Frei António de Beja, Sebastião Toscano, Eduardo de Soveral, Lúcio Craveiro da Silva, entre outros”, ou seja (se desprezarmos a economia final) quatro nomes para 562 páginas (leia-se a este propósito o que diremos sobre a obra recenseada imediatamente a seguir a esta). Dois exemplos flagrantes que nada têm que ver com o presente Dicionário ajudam-nos a clarificar o que pretendemos dizer: o desequilíbrio cientificamente gritante dos vários contributos acolhidos na obra organizada por Pedro Calafate, *História do Pensamento Filosófico Português*, e a substantiva pressa de Miguel Real ao publicar *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010*. Ambas as obras muito úteis, é claro, mas uma, pouco adiantando de novo (decerto pelo confrangedor estado de investigação original, genericamente falando), a outra, padecendo de complexos e de tempo para ser

mais breve, pois a sua apesar de tudo louvável ousadia não impediu a queda no registo imaturo das notas de investigação. Talvez o presente Dicionário deva contudo ser castigado porque ufanamente se vê a si mesmo (pp. 15-16) como “herdeiro” de uma magnífica plêiade de filósofos e pensadores, que vão desde Orósio – repetida, mas inexplicavelmente ainda se lê no Dicionário: “Paulo Orósio” – a Manuel da Costa Freitas, passando por outros nomes tão importantes como (em resumo e numa lista muito abreviada): Pedro Hispano, os Conimbrienses, Antero de Quental, Bruno, Leonardo, Manuel Antunes ou Francisco da Gama Caiiro. E este é também um ponto frágil da obra ora em recensão. Intitulando-se de “Filosofia Portuguesa” este Dicionário não esclarece, nem as opções das suas duas secções – “Biografia” e “Sinopses”, esta apesar de tudo mais original – nem o que de facto os editores compreendem por “filosofia portuguesa”. E note-se que nem sequer estamos a pensar na acepção estrita e polémica (ou datada), consolidada por Álvaro Ribeiro; o que dizemos antes é que a enunciação de uma herança meramente nominal, dando lugar à imaginação do leitor, é um argumento fácil para evitar problemas não maduramente pensados. Em termos práticos, o problema colocar-se-ia em saber quem é que devia ser considerado filósofo e qual a sua obra de filosofia a estudar. Mas mesmo abandonando esta dimensão, o leitor achar-se-ia no direito de saber porque é que foram excluídos tantos nomes relevantes; deste ponto de vista, salvo uma ou outra entrada, a coordenação deste Dicionário parece ter sido apesar de tudo mais avisada e sensata do que o que se pôde constatar com as propostas de M. Real na sua monografia acima mencionada. Por fim, os três editores estão também longe de satisfazer o que prometem para as referidas duas secções. Na primeira, porque, por hipotrofia do trabalho de coordenação editorial, não se percebe porque é que para uns pensadores basta a biografia, enquanto outros já merecem abordagens, essas sim “críticas”; seja como for, compreendemos que não se tenha dado à obra o título de “Dicionário Biográfico”, pois se há entradas que não vão mais longe, outras há, felizmente (vd. v.g. “Camões”, “Fernando Pessoa”, “Lúcio Craveiro da Silva”), que ultrapassam a mera “biografia” (escrevamos assim mesmo, entre aspas). Na segunda secção, enfim, porque, o estilo, ou melhor, o horizonte problemático das chamadas “sinopses” é tudo menos equilibrado. Isto, evidentemente, para já não nos demorarmos muito com a menção às ausências de obras que decerto cumpririam sem grandes justificações o desiderato invocado pelos coordenadores, obras que não podem deixar de representar “problemáticas centrais” deveras “marcantes de uma época” e indiciadoras de filosofias também marcadas pela geografia, *pace* qualquer dislate de Rogério Fernandes. Ambas as secções padecem assim das mesmas deficiências, mas o aspecto mais grave, porque provindo de centros de investigação universitária, está no facto de muitas das entradas do Dicionário jamais poderem cumprir o intuito para que foram publicadas, a informação objectiva e actualizada. Como dissemos, sem querermos demorar excessivamente nas ausências, temos todavia que perguntar:

como explicar o silêncio sobre António Cordeiro ou Alves dos Santos, este o primeiro professor de Filosofia na Universidade de Coimbra? O que se entendeu por “sinopse” é também matéria em que os coordenadores não intervieram e salta à vista que numas sinopses se citam exclusivamente as edições, noutras, e bem, também as traduções. O resultado? Começemos por indicar um só exemplo da relevância da produção estrangeira e do prejuízo de a desconhecermos: o caso do notabilíssimo trabalho de Omero Proietti sobre *Uriel da Costa. Exame das tradições phariseas. Esame delle tradizioni farisee (1624)*. Saggio introduttivo, testo critico, traduzione e commento (Macerata 2015). E mais, sobre as “sinopses”. Uma *Conversação com Diotima* (p. 728) que sozinha deslustra Agostinho da Silva. Uma “Ética a Nicómaco” (sic!) da autoria de Manuel de Góis (pp. 707-09), incompatível com o escandaloso silêncio sobre outras obras maiores deste jesuíta, sobretudo nos capítulos da física e da ciência da alma. A ausência da *Lógica* de Verney, preferindo-se a sua *Metafísica* (p. 739-42). O mesmo, sobre o *Tratado da Justiça Comutativa* de João Sobrinho, obra “relevante”, tal como a anterior, num domínio tão específico das contribuições de portugueses. E, uma vez que se acolhem obras de autores ainda vivos (a nosso ver de modo errado, nomeadamente na secção das “Biografias”), anotemos a ausência de referências a quaisquer títulos de Eduardo Lourenço, Maria Cândida Pacheco, J.M. da Cruz Pontes, José Reis, Boaventura Sousa Santos, José Gil, Fernando Belo, José Barata-Moura, Manuel do Carmo Ferreira, V. Soromenho-Marques, João M. André, Carlos H. Silva, Paulo Borges ou Manuel M. Carrilho. Mesmo que os títulos do século XX e XXI estejam compreensivelmente menos representados, não se percebem exclusões como as relativas a obras de pensadores falecidos como Júlio Fragata, da UC Braga; de Joaquim de Carvalho, Francisco Vieira Jordão ou Miguel Baptista Pereira, da FLU Coimbra; de M. S. Lourenço, da FLUL Lisboa, de J.M. Morais Barbosa da UNL Lisboa, ou de João Pereira Gomes, da SJ. E eis algumas lacunas inexplicáveis, agora ocupando-nos indistintamente e de maneira impressionista com as duas secções. Porque se omite que Sílvio Lima tem as suas obras publicadas pela Gulbenkian? Como justificar a inclusão das *Disputas Metafísicas* de Suárez (escritas em Salamanca) nada se dizendo sobre as obras que o famoso jesuíta escreveu realmente em Portugal? Eis um bom exemplo da fácil dependência que quase todos nós, estudiosos portugueses, temos em relação à erudição estrangeira, enquanto forma de compensar o mais difícil investimento em actividades originais de investigação, e anúncio da desprezível situação de colonizados. Infelizmente, porém, e como deixámos assinalado com a referência a Uriel da Costa, também não se pode pensar que estejamos muito bem informados sobre a produção extra muros. Prosseguindo. Como deixar de pensar, pois é a isso que nos obriga a omissão, que a obra de Baltasar Álvares, *Tratado da Alma Separada*, não é de uma importância maior, não tanto por aquilo que G. Burlando (em 1999) e G. Pistacchini Moita (em 2014) atribuíram a F. Suárez, mas porque se podem hoje em dia verificar os flagrantes paralelismos entre as prop-

blemáticas alvarina e cartesiana da separação? Das vantagens do comparativismo, aliás, já sabíamos, pelo menos desde 1913, quando o jovem E. Gilson ousou abrir um programa de investigação até hoje ainda não encerrado. Como explicar, ainda e v.g, a ignorância da obra de Amândio Coxito sobre Sebastião do Couto (Porto 2013), sobre Francisco de Cristo (Lisboa 2005) ou sobre Verney (Coimbra 2006)? Ou o estudo de António Martins sobre Pedro da Fonseca? Ou o do signatário sobre Álvaro Pais? Ou a amadurecida interpretação de Paulo Archer de Carvalho sobre Joaquim de Carvalho? Ou os trabalhos de Pedro Baptista sobre Newton de Macedo e sobre Lúcio Pinheiro dos Santos? Ou a edição de Irene Borges-Duarte sobre Molina, autor que aliás conheceu uma nova tradução entre nós (vd. a recensão in RFC 23, 2014)? De M. Cadafaz de Matos, sobre Diogo Lopes Rebelo? De A. Pedro Pita, sobre Abel Salazar; ou de A.L. & M. Curado sobre Verney? De R. Bertrand Romão, sobre Francisco Sanches? De John Deely sobre João de São Tomás? Ou o já imprescindível trabalho de Henrique Leitão sobre Pedro Nunes? Ou o de Alcir Pécora sobre o P. António Vieira? Ou, para abreviarmos um muito mais longo lamento no capítulo das indesculpáveis desactualizações, de Fernando Catroga sobre Antero de Quental? Porque razão se continua a considerar o estudioso e historiador Lopes Praça, como é consabido, autor do século XIX, como uma autoridade sobre os Conimbricenses, omitindo-se tudo o que no século XXI se vem fazendo ou entre nós (vd. A. Coxito, A. Martins, M^a da Conceição Camps, M. S. de Carvalho, M. Lazaro, L. Carolino) ou lá fora (vd. A. Simmons, J. Ashworth, Des Cheene, H. Hattab, C. Marinheiro, S. Salatowsky, S. Wakúlenko, C. Sander, D. Heider, C. Casalini)? Porque é que Francisco Beja Sardo ou M^a Carmelita Homem de Sousa (aliás a escassez de pensadoras é indesculpável) são ignorados? Enfim, e evocando só o que escrevemos acima sobre a falta de esclarecimento ao leitor do horizonte da “filosofia portuguesa”, para não continuarmos com mais perguntas deste teor, a questão essencial permanece: que utilidade se pode afinal invocar na sequência das fragilidades que enunciámos logo a abrir? Qualquer investigador estrangeiro ou leitor português menos bem informado que queira justamente consultar este Dicionário será tantas vezes induzido em erro por omissão e, por isso, mal servido. Temos de concluir. Em poucas palavras, apenas se poderá dizer que os três coordenadores, além de não terem feito o necessário trabalho de edição, pecha muito comum entre nós, neste tipo de afazeres, também estiveram longe da coerência que anunciaram e seria desejável. Por exemplo, haviam anunciado sinopses “das obras mais representativas da tradição filosófica portuguesa” ou das “obras de referência dos autores que se nos [sc.: lhes] afiguram como marcantes de uma época, corrente, ou mesmo atitude”, ou ainda, repisando, “das obras recenseadas para uma compreensão aprofundada do pensamento do seu autor e, ao mesmo tempo, evidenciar as problemáticas centrais sobre as quais reflectem (p. 13). O resultado? Já nele tocámos, leve e impressivamente. Pena é que nem todas as entradas deste Dicionário possam rivalizar com aquelas sobre “Frei Paio

de Coimbra”, “Pedro Hispano”, “Francisco Suárez”, “Leão Hebreu”, “Teodoro de Almeida”, “José Marinho”, entre algumas mais. Quanto ao resto, parecerá a um leitor desprevenido que os filósofos portugueses só interessam aos nacionais e só são objecto dos estudiosos da sua Pátria, e tantas vezes sob a obsessão interpretativa da “precedência” (veja-se v.g., e entre outros mais, o que se lê sobre Mircea Eliade e Aarão de Lacerda). Só que, e também por estes mesmos casos, continuamos sem perceber o que se entende afinal em Portugal por “edição” ou “coordenação” editorial.

Mário Santiago de Carvalho

Giurgevich, Luana & Leitão, Henrique, *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de Livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834*, Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, 863pp. ISBN: 978-989-97257-7-5

Felizmente em absoluta contraposição com a obra anterior, o presente Catálogo supera positivamente todas as expectativas do leitor mais exigente. Catálogos, Inventários e outras Listas de livros, e Documentos inventariados, respeitantes (e não iremos ser exaustivo) às Ordens monásticas (de São Bento, Cister, São Jerónimo, São Paulo Primeiro Eremita, Cartuxa), aos Cónegos Regulares (de Santo Agostinho e de São João Evangelista), aos Mendicantes (Eremitas de Santo Agostinho, Agostinhos Descalços, Carmo, Carmelitas Descalços, Menores, Senhor Jesus Nazareno, Mínimos, Santa Úrsula, São João de Deus, Pregadores, Santíssima Trindade, Santa Brígida), aos Clérigos Regulares (Companhia de Jesus, Regulares Ministros dos Enfermeiros, Teatinos e Marianos), às Ordens Militares (Avis, Cristo, Santiago e Malta), às Sociedades de Vida Apostólica (Clérigos Pobres, Porta do Céu e Recolhimentos), e a outras livrarias e casas religiosas não identificadas, o trabalho minucioso e paciente dos AA acaba de nos pôr nas mãos um precioso instrumento de trabalho. Evidentemente que, nesta Revista, interessa-nos a relevância deste Catálogo para os estudos filosóficos, não obstante a sua consulta entusiasmar todo aquele que se emocionou alguma vez com a leitura da História de Alberto Manguel, já traduzida entre nós, e poder ser um grito de expressão política para todo aquele que não se deixa liquidar pelo alegado programa do fim do livro, numa época de digitalização imparável. Como a respeito do título anteriormente recenseado se disse, a situação da investigação sobre a filosofia em Portugal ainda é bastante pobre, frágil mas promissora. Ora, com base neste humilde mas tão digno trabalho de recenseamento bibliográfico dificilmente nos poderemos continuar a lamentar por alegada falta de materiais. Se um mérito indiscutível este trabalho dos AA tem é o mostrar à evidência que o vazio de fontes é um mito, uma desculpa fácil para a preguiça, a falta de com-